

## AGRONEGÓCIO: A RELEVÂNCIA DA AGROPECUÁRIA NA ECONOMIA DO BRASIL

*Bruna Medeiros Sobreira\**

Graduanda em Direito - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC/BJI)

*Kamille Gabri Bartolazi\**

Graduanda em Direito - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC/BJI)

*Maysson Azevedo Lacerda\**

Graduando em Direito - Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC/BJI)

*Neuza Maria de Siqueira Nunes\**

Mestra em Economia Empresarial pela Universidade Candido Mendes (UCAM), Professora de Economia na Graduação em Direito e Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC/BJI)

### Resumo

O presente trabalho tem como objetivo abordar a importância da agropecuária na economia brasileira. O agronegócio está ligado às atividades primárias, que envolvem a pecuária e a agricultura, predominante em áreas rurais e com forte impacto na receita bruta do país. A exportação do setor junto à rentabilidade econômica apresenta grande influência para o somatório do produto interno bruto, bem como para o desenvolvimento e crescimento econômico do país. Cerca de 1/3 do agronegócio brasileiro é proveniente da produção realizada pelos agricultores familiares que necessitam de políticas públicas direcionadas para melhorar, aumentar e qualificar o que produz para alcançar maior competitividade e gerar progresso nas propriedades. Assim, evidencia-se que as políticas públicas de custeio agrícola são primordiais para o desenvolvimento, não apenas econômico, mas também social, no sentido de fortificar os agricultores familiares.

**Palavras-chave:** economia, agropecuária, exportação.

### Abstract

The present work aims to address the importance of agriculture in the Brazilian economy. Agribusiness is linked to primary activities, involving livestock and agriculture, predominant in rural areas and with a strong impact on the gross revenue of the country. The export of the sector along with the economic profitability has great influence for the sum of the gross domestic product, as well as for the development and economic growth of the country. About 1/3 of Brazilian agribusiness comes from production by family farmers who need public policies aimed at improving, increasing and qualifying what they produce in order to achieve greater competitiveness and generate progress in the properties. Thus, it is evident that the public policies of agricultural costing are primordial for the development, not only economic, but also social, in the sense of fortifying the familiar farmers.

**Keywords:** economy, agriculture, and exports.

## **1. Considerações Iniciais**

O presente trabalho tem como objetivo abordar a relevância da atividade agropecuária e os impactos na economia do país. À medida que ocorre o crescimento da indústria, do setor de transformação e de produção, aumenta a procura por produtos originários do setor primário, com destaque, para a agricultura e a pecuária. Desde o descobrimento, o Brasil tem crescimento expressivo pautado na exportação do setor. A produção de cana-de-açúcar no período colonial, em meados do século XVI e do século XVIII, e do café no início no século XVIII, contribuiu para o processo de povoamento de um território gigantesco colocando o Brasil no cenário internacional do comércio.

A produção agropecuária alicerça os setores da indústria e do comércio no país, impulsiona a economia, movimenta bilhões, gera riquezas e aumenta a oferta de empregos. Com o desenvolvimento da economia nacional vários modelos de exploração das terras brasileiras foram desenvolvidos com destaque para a pecuária intensiva que integra aos mercados do mundo globalizado.

Em 2017, o Brasil enfrentou problemas relacionados às exportações no setor da pecuária, fato que gerou grande impacto na economia nacional refletindo de maneira preocupante nos negócios do setor. Para tanto, é relevante compreender a dinâmica e a estrutura das exportações, como também a produção da agropecuária familiar, enfatizando as ações governamentais da política brasileira e seus reflexos nos últimos anos.

A evidência é que a produção agrícola possui grande primazia em relação a alguns segmentos industriais, e o setor da agropecuária e da agroindústria contribuiu para o processo de formação e para a economia na atualidade. Além disso, o comércio mundial tem grande impacto na economia, responsável pela pauta do agronegócio e pelas exportações brasileiras.

## **2. A relevância das exportações do setor agropecuário**

É importante destacar a influência da agropecuária na economia brasileira em que a pecuária desencadeou o processo de povoamento no interior do Brasil

juntamente com a agricultura. E, mais contemporaneamente, a expansão do setor da agroindústria com a transformação e beneficiamento de matéria-prima com compras e vendas no interior do país, que juntamente com a exportação é um dos setores que mais movimentam o Produto Interno Bruto (PIB), constituindo parte significativa da estrutura econômica do país (FREITAS, 2016, s. p.).

A agropecuária é entendida como uma associação das atividades primárias que envolvem a pecuária e a agricultura. São atividades que tem maior predominância em áreas rurais, são importantes e com bastante impacto na economia brasileira pelo peso na receita bruta de todo o país. Abrange a área de alimentação fornecendo matérias-primas como, a soja, a cana de açúcar, o café, a carne bovina, o milho, laranja entre outros. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA (2017), o setor teve crescimento expressivo contrastando com o restante da economia brasileiro, em que o segmento da produção primária evidenciou aumento estimado no ano de 2017 de 13% (IPEA, 2017, p. 02).

Para Freitas (2016), até a metade do século XX a agricultura foi caracterizada pelos meios tradicionais de produção, técnicas rudimentares de cultivo e preparação do solo com utilização muito reduzida de máquinas e defensivos agrícolas, caracterizando-se como uma prática extensiva. A partir da década de 1970, o modelo intensivo de produção agropecuária tomou mais espaço no campo brasileiro, com utilização de tecnologia avançada, de implementos agrícolas, de adubos, de fertilizantes e de sementes selecionadas a cada safra, tornando-se mais comum nos grandes latifúndios monocultores brasileiros. Na pecuária, empregou-se o uso de medicamentos mais eficazes, de medidas sanitárias para controle de pragas e doenças, de vacinas, da introdução de técnicas avançadas na reprodução dos animais e de melhoramento genético das raças. O desenvolvimento de pesquisas científicas do setor, associados ao uso de máquinas e implementos sofisticados, colaboraram a cada ano para o aumento da produtividade nacional além de, melhorar consideravelmente a qualidade dos produtos agropecuários exportados.

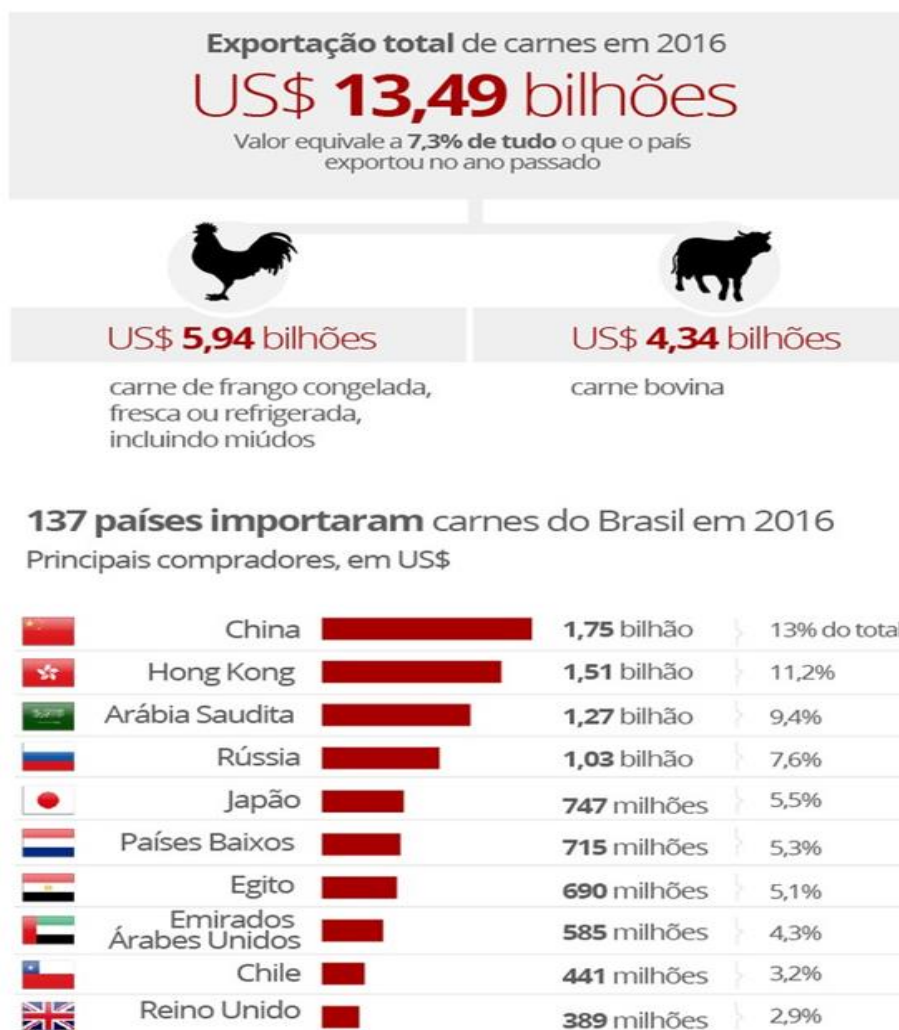
Um dos principais produtos da pauta de exportação do setor do agronegócio em 2014 foi o café. Segundo a análise da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a partir dos dados do Ministério de Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDIC), houve uma retomada das exportações do café entre janeiro a julho de 2014. O

resultado das vendas do café em grãos foi de US\$ 3,1 bilhões, com aumento de 16,1% em relação ao igual período do ano anterior. A queda nos valores dos grãos de café internacional, no ano de 2013 ao início de 2014, foi prejudicial à renda das exportações, entretanto, isso mudou no ano seguinte (PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 2014, s. p.).

A relevância da agropecuária para o PIB brasileiro, no período de janeiro a dezembro 2016, evidenciou que o setor agrícola seguiu em alta com elevação de 0,18% em dezembro do mesmo ano, enquanto a pecuária recuou 0,4%. Os dados resultaram em variação positiva de 0,11%, que favoreceu o acúmulo do crescimento na base de 4,48% no agronegócio, valores estimados pelo Centro de Estudos Avançados de Economia Aplicada/CEPEA (2016).

No final do segundo semestre de 2016 o Brasil ocupava a posição de terceiro maior agroexportador mundial, estando atrás apenas da União Europeia que ocupava a segunda posição e dos Estados Unidos em primeiro. Na última década o Brasil ultrapassou países como a China e a Austrália.

A indústria de carne bovina, de acordo com o Sindcarne (2017), contribuiu com aumento nas exportações em 2016, em volume e em faturamento. O crescimento foi de 5% representando 119,9 mil toneladas de carne embarcada e com receita de US\$ 486 milhões, significando aumento de 4%. As exportações brasileiras de carne bovina registraram um crescimento de 8% no volume embarcado no período compreendido de janeiro a setembro de 2016. O valor total das exportações de carnes do Brasil no ano de 2016 representaram US\$ 13,49 bilhões, equivalente a 7,3% de tudo o que foi exportado no ano anterior. Dos 137 países que mais importaram carnes do Brasil em 2016, os três que se destacaram como principais compradores foram a China, Hong Kong e a Arábia Saudita com valores de US\$1,75 bilhões, US\$1,51 bilhões, US\$1,27 bilhões, respectivamente. As exportações representam os tipos de carne bovina, carne de frango congelada, fresca ou congelada incluindo miúdos em que a China teve participação de 13%, Hong Kong 11,2% e a Arábia Saudita 9,4% do total das exportações brasileiras. O volume das exportações de carne pelo Brasil em 2016 está representado na figura 1 a seguir:



**Figura 1 – Exportações de Carne pelo Brasil**

Fonte: (LIS, 2017)

Segundo Lis (2017), de acordo com os dados do Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços, em março de 2017 o setor da agropecuária brasileira sofreu grande impacto negativo, tendo uma queda significante. O que contribuiu foi o escândalo da Operação Carne Fraca investigada pela Polícia Federal quando tornada pública, em que a averiguação desestabilizou principalmente o mercado interno. O agronegócio, como sendo um dos mais importantes setores para a economia do país, passou por período de turbulência.

Ainda de acordo com a autora, os analistas do CEPEA observaram que as vendas caíram drasticamente após duas semanas da divulgação da notícia. Logo na primeira quinzena de março de 2017 os preços do boi gordo e da carne já estavam baixos no mercado brasileiro, mas, o movimento de queda acabou sendo intensificado

após a divulgação da operação. Houve queda de 19% na primeira semana sucessiva a divulgação da ação, com declínio de US\$ 62,2 milhões na terceira semana do mês de março de 2017 para US\$ 50,5 milhões na quarta semana do mesmo mês. A baixa nas exportações decorreu pelas barreiras impostas e pelo aumento nas fiscalizações pelos dez maiores importadores de carne do Brasil, sendo eles, União Europeia, China, Hong Kong, Arábia Saudita, Rússia, Japão, Holanda e Egito e outros países.

Após pouco mais de duas semanas da deflagração da operação Carne Fraca pela Polícia Federal, observou-se que os impactos no mercado pecuário foram mais intensos no contexto interno do que no externo, segundo dados obtidos pelo CEPEA (2016). O impacto negativo à capacidade exportadora e competitiva do país nos mercados mundiais pode ser verificado em observância aos inquéritos apresentados nas investigações da Operação Carne Fraca.

Mas, apesar da repercussão da Operação Carne Fraca a balança comercial brasileira no final de março de 2017 registrou superávit. No período foram exportados US\$ 15,982 bilhões e importados US\$ 10,525 bilhões, resultando na balança comercial saldo positivo de US\$ 5,457 bilhões. As exportações do agronegócio brasileiro têm como pilar a atividade agropecuária, que teve expansão em produtividade e retorno financeiro, mostrando a importância do setor no comércio exterior (GARCIA; VIEIRA FILHO, 2014, p.12).

#### **4. As características da agropecuária familiar**

Desde as primeiras ocupações no Brasil a agricultura familiar está presente. É um setor bem antigo, iniciado no período colonial, época das primeiras ocupações em que surgiu com precariedade nos aspectos jurídico, econômico e social. A falta de legislação no início da colonização marcou a carência de legitimidade entre o Estado e a sociedade. O aspecto econômico foi marcado pela exploração comercial e o social pela exploração da mão de obra escrava dos negros e dos índios.

A agropecuária familiar é um setor relevante, tanto no aspecto econômico como social do país, com peculiaridades e características próprias. O governo, através da Lei 11.326 de julho de 2006, definiu as diretrizes da agricultura familiar com a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e com os critérios que possam

identificar esse público. A lei identifica agricultor familiar e empreendedor familiar rural como aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família (BRASIL, 2016).

Para apoiar o desenvolvimento sustentável do setor o governo estabeleceu linhas de crédito de acordo com a necessidade e com os projetos destinados para o custeio da safra, da atividade agroindustrial, seja para investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura. Dentre as políticas públicas, podem ter acesso ao crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), aos programas de compras instrucionais, como o de Aquisição de Alimentos (PAA) e o de Alimentação Escolar (PNAE), a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o Programa Garantia Safra e o Seguro da Agricultura Familiar (BRASIL, 2016).

Um dos programas, o Pronaf, foi criado em 1996, pelo Decreto nº 1.946. No começo de operação do Pronaf havia concentração de créditos por região do país. Na região Sul a concentração era de 78,2% dos créditos, seguida da região Sudeste com 12% e da região Nordeste com 6,6% do volume do total de empréstimos. A concentração no Sul tinha como uma das causas à predominância de agricultores mais capitalizados sendo preteridos pelo sistema bancário. Após a imposição do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário iniciou uma desconcentração da distribuição dos recursos por regiões. No ano de 2011 houve uma redistribuição em que a região Sul ficou com 51,2% dos créditos, a região Sudeste com 23% e a região Nordeste com uma participação de 12,6% do Pronaf. Do total dos créditos, as regiões Norte e Centro-Oeste tiveram participação que não excedeu 18% do Pronaf (BELIK, 2015, p. 40).

Para Belik (2015), as políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar necessitam de algumas revisões para o seu desenvolvimento, tais como:

- 1) É necessário corrigir as anomalias observadas na distribuição do crédito rural para a agricultura familiar tanto em termos regionais quanto entre os vários tipos de produção.
- 2) Os créditos para comercialização e manutenção de moradia são fundamentais para a preservação da unidade familiar, representando papel acessório na geração de rendas, portanto, diferentemente da agricultura empresarial, a distribuição dos créditos para as diferentes modalidades deve buscar um reequilíbrio por parte dos gestores.

3) Deve-se perseguir uma diferenciação ainda maior nas taxas de juros, rebates e garantias para os produtores, respondendo às necessidades de ampliar a participação de diferentes culturas e criações em todo o território nacional (BELIK, 2015, p. 54).

Mas, de acordo com autor, para que se estabeleça uma política voltada para a agricultura familiar é preciso mais que financiamentos para o desenvolvimento do setor, pois, “o crédito desacompanhado de assistência técnica, seguro rural e um sistema de comercialização não resultam na melhoria da unidade de produção familiar e no desenvolvimento rural dos territórios e das localidades” (BELIK, 2015, p. 54).

Dessa forma, o Estado tornou-se o principal responsável em fomentar políticas públicas direcionadas à agricultura familiar para que os trabalhadores rurais tenham garantias de direitos que poderão assegurar o desenvolvimento e crescimento do setor, proporcionando aprimoramento das técnicas utilizadas e de melhoria na qualidade de vida. Uma das prioridades deveria ser o incentivo da inclusão social do agricultor familiar, como também o acompanhamento do resultado de um “processo de construção da cidadania, capaz de recuperar a dignidade das pessoas e conseguir acesso a emprego e renda, a moradia decente, aos serviços essenciais como educação e saúde, promovendo a cidadania e a inclusão social” (QUEIROZ; COSTA, 2015, p. 06).

Mais adiante, com a Lei nº 12.188 de janeiro de 2010, institui-se a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a Política Nacional de ATER para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária, chamada de PNATER. Na referida lei em seu art. 4º definiu os objetivos da PNATER, tais como:

- I - promover o desenvolvimento rural sustentável;
- II - apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;
- III - aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;
- IV - promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;
- V - assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;
- VI - desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;
- VII - construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;



- VIII - aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;
- IX - apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural;
- X - promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional;
- XI - promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; e
- XII - contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro (BRASIL, 2010).

A PNATER representa uma fronteira e um modelo de políticas públicas direcionadas/voltadas para a agricultura familiar. Assim, através do processo de implementação da PNATER consolidou-se as políticas públicas em que o Estado responde pelas propostas do setor agrícola familiar por uma qualidade de vida no campo, pelo acesso ao crédito e por uma política eficiente.

As políticas públicas voltadas para a agropecuária familiar tiveram contribuição expressiva para o crescimento do setor. Para Guilhoto *et al.* (2006) uma parcela significativa do PIB é oriunda dos pequenos agricultores ou dos agricultores familiares ainda que, não possuem grande extensão de terras, utilizem menos tecnologia, tenham pouca assistência técnica e utilizem pouca mão de obra. Estima-se que cerca de 1/3 do agronegócio brasileiro é realizado pela agropecuária familiar com taxas significativas de crescimento embora existam distorções regionais. A maior participação familiar no setor está concentrada na região sul do país seguida da região nordeste e sudeste. Para os autores, o segmento familiar da agropecuária brasileira e as cadeias produtivas, que estão interligadas ao segmento, corresponderam por 10,1% do PIB brasileiro em 2003. Considerando que agronegócio nacional correspondeu por 30,6% do PIB no ano de 2003 evidencia que a agricultura familiar tem importância na geração de riqueza do país (GUILHOTO *et al.*, 2006, s. p.).

Diante do exposto, o crescimento da produtividade da atividade agropecuária, a intensiva e a extensiva, ocorreu não apenas a partir da expansão da fronteira agrícola, mas por fatores como a melhora na qualidade dos grãos, o aperfeiçoamento dos setores, as indústrias terem passado por processos de modernização das máquinas para a adequação e por ofertar produtos tanto para o comércio nacional como para o

mercado de exportação. No decorrer do tempo à agricultura familiar vem demonstrando sua importância e o seu papel para o desenvolvimento da economia, com geração de emprego, de renda e de segurança alimentar.

O setor agropecuário familiar, embora tenha reduzido sua participação ao longo dos anos pela substituição do modelo intensivo, sempre esteve presente na história do país. Guilhoto *et. al.* (2006) analisaram a importância do setor agronegócio familiar no Brasil evidenciando que contribuem com uma parcela expressiva da riqueza nacional. Sob o ponto de vista de sua significância, questiona-se o futuro das pessoas que sobrevivem do campo bem como o problema do êxodo rural decorrente da desigualdade coletiva no campo e do processo de urbanização. Entretanto, se o lado social da agropecuária é inquestionável, por outro lado, a estabilidade no setor ainda tem algumas incertezas (GUILHOTO *et al.*, 2006, s. p.).

Para entender o que acontece na agropecuária brasileira é necessário levantar informações detalhadas sobre tudo o que envolve o setor. O último Censo Agropecuário do país foi realizado em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fato é que há mais de dez anos o Brasil não investiga a fundo as informações relativas ao agronegócio para a definição de políticas públicas e para alocação de crédito e de conteúdo orçamentário no setor. O levantamento das informações censitárias ligadas ao agronegócio tem relevância para a economia do país mostrando através dos dados o que está ocorrendo. A partir de outubro de 2017 e no decorrer de cinco meses, cerca de 19 mil recenseadores irão visitar mais de 5,3 milhões de estabelecimentos agropecuários em mais de 5,5 mil municípios brasileiros. O objetivo é levantar informações detalhadas sobre tudo o que envolve a agropecuária brasileira principalmente em função das profundas transformações decorrentes dos avanços tecnológicos com incidência na agropecuária familiar do país (SIVEIRA, 2017, s. p.).

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo da história econômica do Brasil a agropecuária tem ocupado lugar de destaque com forte influência nas finanças e como fonte de desenvolvimento. Nos tempos atuais, o país mantém um alívio na balança comercial pela exportação garantindo saldo positivo. O impacto do setor agropecuário é estratégico na economia

pela geração de renda e de emprego, garantindo também, a redução da desigualdade de renda, com papel central na segurança alimentar.

No agronegócio brasileiro cerca de 1/3 da produção agropecuária é praticada por agricultores familiares, com desempenho bastante positivo e com políticas públicas direcionadas ao setor elaboradas pelo governo através de legislação ou de linhas de crédito.

Contudo, o setor agropecuário enfrentará grandes desafios, pois, além de atender mundialmente as demandas de produtos agrícolas deverá atender a novos requisitos ecológicos. Para tanto, a economia brasileira deverá estar preparada para desafios e metas impostas por acordos comerciais que acarretará em significativo crescimento das exportações de produtos agropecuários.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **O que é a agricultura familiar**. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2016. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar> Acesso em: 25 fev. 2018.

.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.188, de 11 de Janeiro de 2010**. Presidência da República, 2010.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12188.htm) Acesso em: 25 fev. 2018.

BELIK, Walter. **O financiamento da agropecuária brasileira no período recente**. Ipea, 2015. Disponível em:

[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3407/1/td\\_2028.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3407/1/td_2028.pdf) Acesso em: 23 fev. 2018.

CEPEA. **Preço Segue em Queda no Brasil; Exportação Volta a Cair**. Cepea, 2016.

Disponível: <http://www.cepea.esalq.usp.br/br/diarias-de-mercado/boi-cepea-preco-segue-em-queda-no-brasil-exportacao-volta-a-cair.aspx>. Acesso em: 28 jun. 2017.

FREITAS, Eduardo de. **Agropecuária extensiva e intensiva**. Mundo Educação, 2016.

Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/agropecuaria-extensiva-intensiva.htm> Acesso em: 25 de fev. 2018.

FREITAS, Eduardo de. **Importância da Agropecuária Brasileira**. Brasil Escola, 2017.

Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/brasil/a-importancia-agropecuaria-brasileira.htm>. Acesso em: 17 abr. 2017.

GARCIA, Junior Ruiz; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **Reflexões sobre o papel da política agrícola brasileira para o desenvolvimento sustentável**. Ipea, 2014. Texto para Discussão nº 1936.

[https://www.researchgate.net/publication/261252297\\_Reflexoes\\_sobre\\_o\\_papel\\_da\\_politica\\_agricola\\_brasileira\\_para\\_o\\_desenvolvimento\\_sustentavel](https://www.researchgate.net/publication/261252297_Reflexoes_sobre_o_papel_da_politica_agricola_brasileira_para_o_desenvolvimento_sustentavel) Acesso em: 26 fev. 2018.

GUILHOTO, Joaquim.J.M; SILVEIRA, Fernando G.; ICHIHARA, Silvio M.; AZZONI, Carlos R. **A importância do agronegócio familiar no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 2006. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032006000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032006000300002) Acesso em: 25 fev. 2018.

IPEA. **Economia Agrícola**. Carta Conjuntura, 2017. Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/170822\\_secao\\_agro.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/170822_secao_agro.pdf) Acesso em: 12 jun. 2017.

LIS, Laís. **Média Diária de Exportação de Carnes cai 19% após Operação Carne Fraca**. G1.Globo, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/media-diaria-de-exportacao-de-carnes-cai-19-apos-operacao-carne-frac.a.html>. Acesso em: 28 jun. 2017.

PORTAL DO AGRONEGÓCIO. **Agronegócio ocupa sete posições no ranking de 10 produtos mais exportados pelo Brasil**. Portal do Agronegócio, 2014. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/noticia/agronegocio-ocupa-sete-posicoes-no-ranking-de-10-produtos-mais-exportados-pelo-brasil-113719> Acesso em: 29 jun. 2017.

SILVEIRA, Daniel. **IBGE dá início ao Censo Agropecuário 2017, após 11 anos de espera**. G1.Globo, 2017. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/ibge-da-inicio-ao-censo-agropecuario-2017-apos-11-anos-de-espera.ghtml> Acesso em: 26 fev. 2018

SINDCARNE. **Exportação de carne bovina brasileira cresce em volume e faturamento no mês de setembro**. Sindcarne Goiás, 2017. Disponível em:

<http://www.sindicarnegoias.org.br/exportacao-de-carne-bovina-brasileira-cresce-em-volume-e-faturamento-no-mes-de-setembro/> Acesso em: 26 fev. 2018.

QUEIROZ, Livia Isidia da Silva; COS TA, Vanesca Carvalho. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Um Caminho para Emancipação da Agricultura Familiar**. UFMA, 2015. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo10/politica-nacional-de-assistencia-tecnica-e-extensao-rural-um-caminho-para-emancipacao-da-agricultura-familiar.pdf> Acesso em: 25 fev. 2018.